



Constituição e Desenvolvimento de Cooperativistas

PROFESSORA: IÚNA RIBEIRO
CONTEÚDO: AULA 04 -
ORDENAMENTO INTERNO DAS
COOPERATIVAS E OS
PROCEDIMENTOS PARA SUA
CONSTITUIÇÃO.
DATA: 19.09.2018

Resolução da Atividade Complementar

- ❖ O processo de participação do associado na cooperativa e nas estruturas de gestão e governança *envolvem custos*. Quais são os custos? Descreva cada um.
- 1. **Custos econômicos:** ligados ao processo de constituição da cooperativa
- 2. **Custos decisórios:** expressam em aceitar decisões contrárias, expressando o respeito à coletividade
- 3. **Custo de oportunidade do tempo e do trabalho do sócio:** a participação implica em dispor de seu tempo e, dependendo do dia e horário dos encontros, de seu trabalho, que somado ao custo de deslocamento faz com que sua participação seja menor quanto maior estes custos.

❖ Qual a importância da OQS?

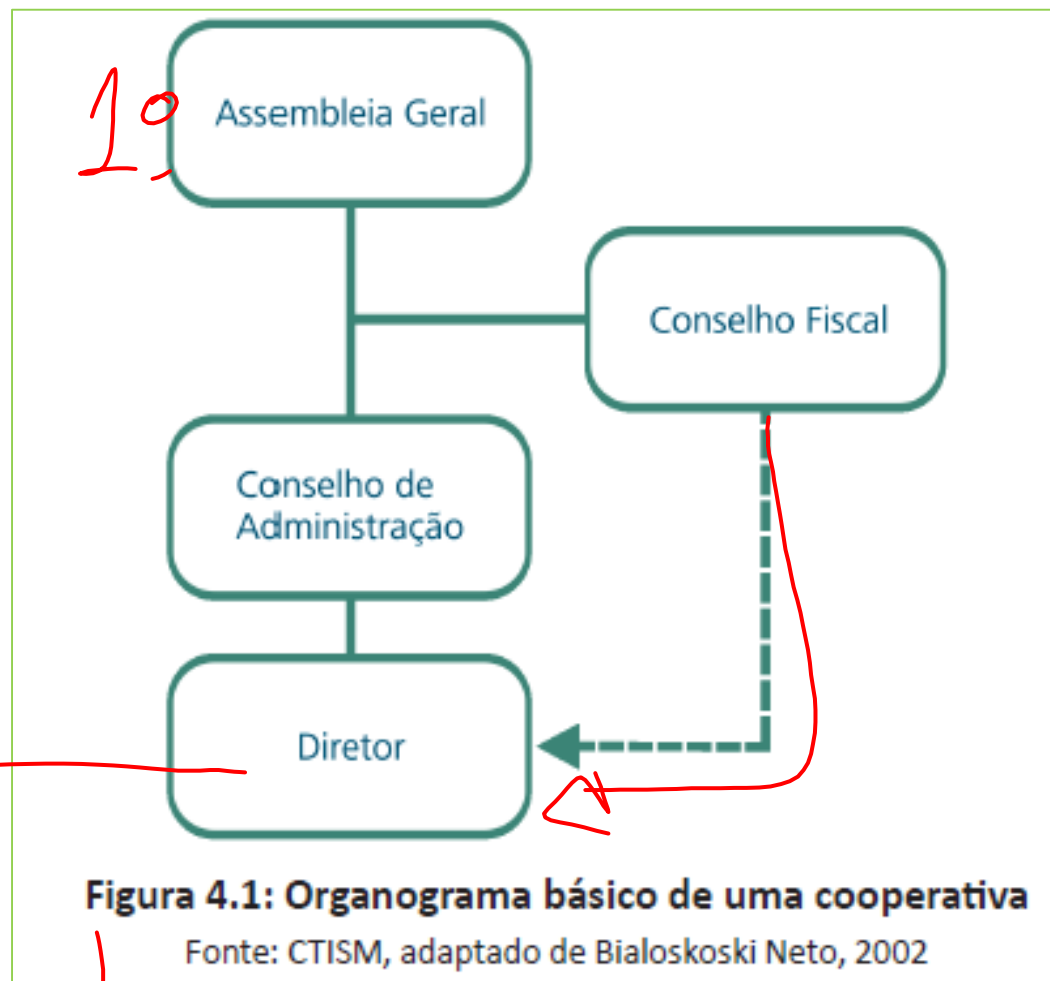
- Importante ferramenta que abre um espaço para a melhoria da interação entre os associados e a cooperativa. Auxiliam no conhecimento, discussão e troca de experiências sobre novas tecnologias e formas de manejo, bem como na formação e identificação de novas lideranças, na promoção do cooperativismo, sua doutrina e valores, aumentando o acompanhamento por parte do cooperado sobre o que acontece na cooperativa, buscando tornar mais efetiva sua participação nas decisões a serem tomadas pela cooperativa.

❖ Qual a importância da participação do cooperado num ambiente de cooperativa?

- ⇒ Os tipos de cooperativas são ilimitados, já que são criadas para atender determinadas necessidades econômicas e sociais das pessoas. Logo, poderia haver tantos tipos de cooperativas quantas fossem as necessidades das pessoas.
- ⇒ A divisão em ramos justifica-se numa necessidade de categorização das cooperativas, permitindo que possam ser identificadas e diferenciadas segundo sua área de atuação. Esta divisão também é importante sob o ponto de vista didático e metodológico, tanto para a elaboração de projetos e programas direcionados (políticas públicas, por exemplo) quanto para a realização de pesquisas e estudos.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

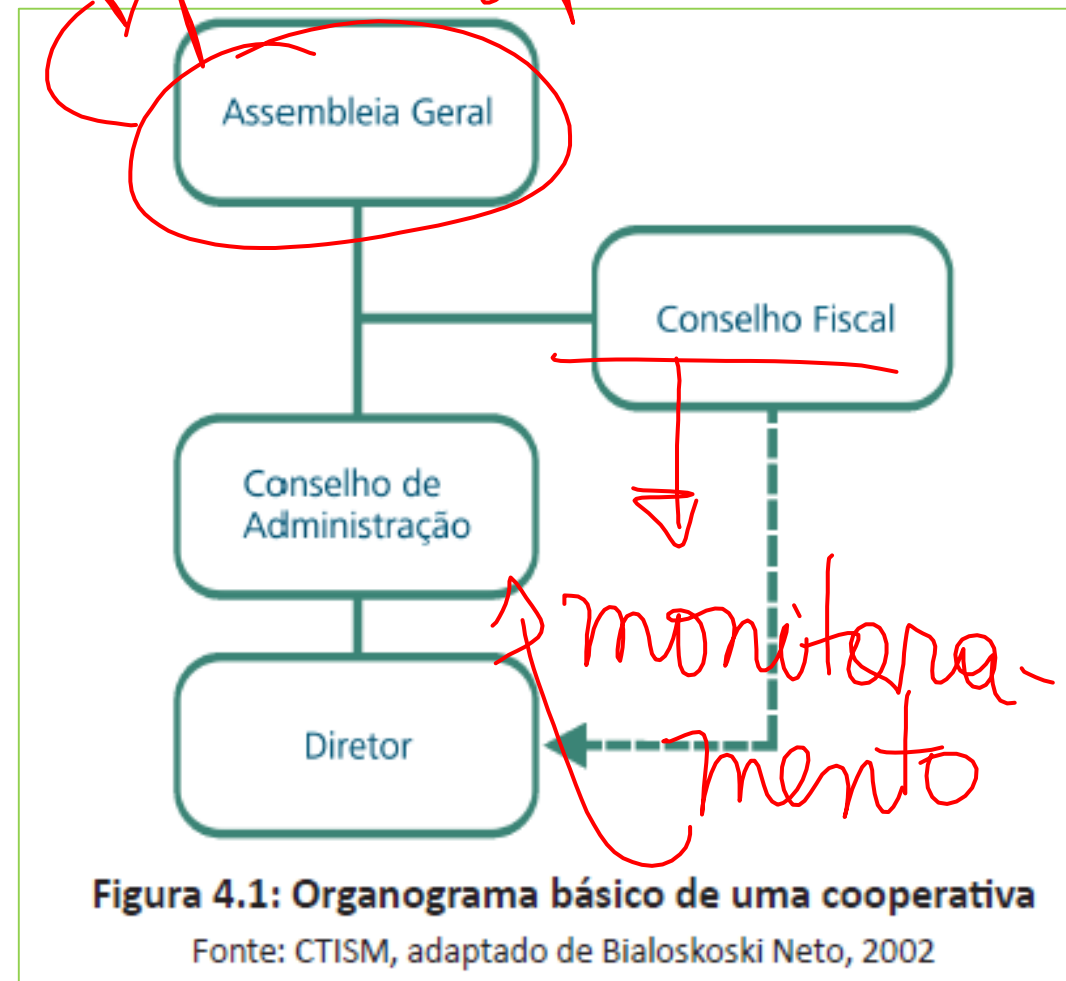
As cooperativas apresentam uma estrutura característica como a que vemos na Figura 4.1.



4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

⇒ No topo temos a **assembleia geral**, que é o órgão supremo da cooperativa, onde são tomadas às decisões.

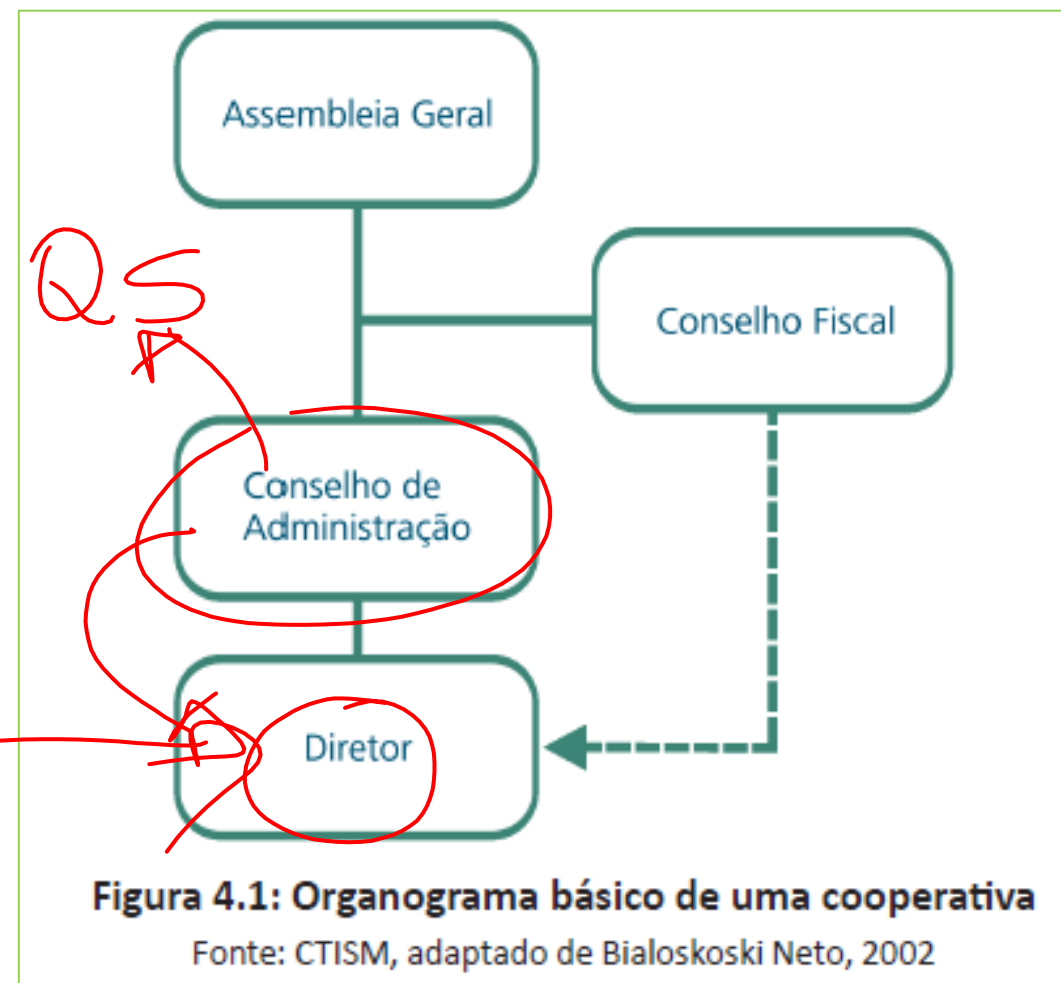
⇒ O **conselho fiscal** da cooperativa, composto apenas por associados, possui o papel de monitorar das atividades desempenhadas pelo conselho de administração e seu presidente, verificando dentre outras coisas, o adequado emprego dos recursos disponíveis e o alinhamento das ações desenvolvidas com os objetivos cooperativos e decisões da assembleia.



4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

⇒ O **conselho de administração** é composto também e somente por associados. Este órgão representa o quadro social e é responsável, em primeira instância, a “pensar” a cooperativa, expressando os anseios dos cooperados.

⇒ O **diretor**, ou no caso o presidente da cooperativa, é responsável por “dirigir” a cooperativa, liderar e executar ou mandar executar (executivos contratados) o que foi deliberado nas instâncias de decisão pelo quadro social.



4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

⇒ Na sequência, serão apresentados, com mais detalhes, cada uma destas partes da estrutura das cooperativas, além de outros componentes e conceitos importantes.

4.2.1 Assembleia geral

- Órgão supremo da cooperativa, que reúne os associados para, democraticamente, discutir, analisar, votar e eleger as propostas sobre as atividades, o desenvolvimento e rumos do empreendimento cooperativo.
- As deliberações tomadas estão vinculadas a todos os associados, ainda que não estejam presentes na assembleia ou que discordem de opinião da maioria. Cabe aqui mencionar (para relembrar), que cada associado tem direito a um voto nas decisões a serem tomadas, portanto, um associado um voto.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

4.2.1 Assembleia geral

- As assembleias devem ser convocadas com uma antecedência de 10 dias, por meio de edital de convocação publicado em locais apropriados na cooperativa (murais), em jornal de ampla circulação e também circulares da cooperativa. A convocação poderá ser feita pelo presidente da cooperativa, por qualquer dos órgãos de administração, pelo conselho fiscal ou por 20 % dos associados. Sua realização ocorrerá da seguinte forma (com intervalos de 1 hora entre as convocações):
 - Em primeira convocação: com a presença de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos associados.
 - Em segunda convocação: com a presença de metade mais 1 (um) dos associados.
 - Em terceira convocação: com a presença de um mínimo de 10 (dez) associados.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

4.2.1 Assembleia geral

- A assembleia geral pode ser de dois tipos:

- **ordinária** → 1 vez / ano
- **extraordinária.**

- A “ordinária” é realizada uma vez por ano, nos três primeiros meses após o fim do exercício social.
- A “extraordinária” é realizada sempre que necessário. Veja as competências de cada assembleia no Quadro 4.2.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

Quadro 4.2: Competência da assembleia geral

Ordinária (AGO)	Extraordinária (AGE)
<ul style="list-style-type: none">• Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada de parecer do conselho fiscal (relatório da gestão, balanço, demonstrativo das sobras apuradas e das perdas).• Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas.• Eleição do conselho de administração e do conselho fiscal.• Quando previsto, a fixação do valor dos honorários e gratificações dos membros dos conselhos.• Assuntos de interesse social que não são de competência da AGE.	<ul style="list-style-type: none">• Reforma do estatuto social.• Mudança do objeto da cooperativa.• Fusão, incorporação ou desmembramento.• Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes.• Deliberar sobre as contas do liquidante.• Qualquer assunto de interesse da sociedade cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

4.2.2 Conselho de Administração – CA

- Toda sociedade cooperativa é administrada por um CA (também chamado de diretoria), que geralmente é composto pelo presidente (entre suas responsabilidades estão a convocação das assembleias, as reuniões do conselho e representa legalmente a cooperativa), pelo vice-presidente (que substitui o presidente sempre que necessário), pelos secretários (que são encarregados de partes administrativas) e pelos diretores (cujas atribuições são definidas no estatuto social da cooperativa).

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

4.2.2 Conselho de Administração – CA

- É composto exclusivamente por associados eleitos em AGO, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos e sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros, não podendo compor o conselho parentes entre si até 2º (segundo grau), em linha reta ou colateral. Respeitando isto, todos os associados têm o direito de votar e de serem votados, desde que não impedidos por lei como os condenados por crime falimentar, suborno, contra a economia popular e etc.
- Caso necessário, o CA pode contratar gerentes técnicos ou comerciais que não pertençam ao quadro social da cooperativa, definindo suas atribuições e salários.

Ordinária

consultores

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

4.2.3 Conselho Fiscal – CF

- Órgão responsável pela fiscalização, assídua e minuciosa, da administração da cooperativa. É composto por associados da cooperativa, sendo 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.
- O mandato é anual e qualquer cooperado pode se dispor a participar, mas deverá ser eleito pelos demais associados na AGO, sendo permitida a reeleição apenas de 1/3 (um terço) de seus membros, ou seja, somente duas pessoas podem se reeleger. Não podem fazer parte do CF parentes dos membros do CA até o 2º (segundo grau), bem como parentes entre si também até o mesmo grau.

monitoramento

na falta do efetivo

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

Algumas funções do CF: (Conselho Fiscal)

- Revisar periodicamente o caixa da cooperativa.
- Alertar quanto a resoluções, medidas ou acordos feitos pelo CA que contrariem aspectos legais ou firam a doutrina cooperativista.
- Fazer cumprir as exigências legais.
- Planejar o próprio trabalho de fiscalização e monitoramento.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

Algumas funções do CF:

- Apurar irregularidades formais.
- Avaliar a eficiência dos serviços prestados pela cooperativa.

Para o bom exercício do cargo, os conselheiros fiscais devem apresentar conhecimentos de contabilidade. É importante participarem de atualizações na área para manterem um bom nível profissional. Podem inclusive valer-se de assessorias de **auditoria interna e externa.**

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

4.2.4 Estatuto social

- ⇒ O estatuto social de uma cooperativa é um instrumento de contrato, constituído por um conjunto de normas que servem para estruturar administrativamente a cooperativa e disciplinar o seu funcionamento.
- ⇒ É elaborado pelas pessoas interessadas pela criação de uma cooperativa, mas posteriormente, quando necessário, pode ser alterado e as mudanças aprovadas na AGE.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

estatuto
Seu conteúdo é amplo, tratando, por exemplo, sobre:

- ⇒ Denominação, sede, foro, prazo de duração, área de ação e ano social da cooperativa.
- ⇒ Objeto e dos objetivos da cooperativa.
- ⇒ Admissão, **demissão, eliminação e exclusão** dos associados.
- ⇒ Capital social.
- ⇒ Órgãos sociais (assembleias gerais ordinárias e extraordinárias).
- ⇒ Órgãos administrativos (CA e CF).
- ⇒ Eleições dos conselhos.

4.2 ORDENAMENTO INTERNO DAS COOPERATIVAS

Seu conteúdo é amplo, tratando, por exemplo, sobre:

⇒ Sobras, perdas e fundos.

⇒ **Livros** da cooperativa.

⇒ Dissolução e **liquidação**.

⇒ Outras disposições gerais e transitórias.

⇒ Outros componentes de interesse da sociedade cooperativa.